

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT10.014

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: DISCUTINDO A ORGANIZAÇÃO E O CONFORTO AMBIENTAL NA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL

JOSIVALDO ALBUQUERQUE DE LIRA

Mestre em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC-RS, josivaldoufpb@gmail.com

GEANN FELIPPE DOS SANTOS

Graduando do Curso de História da Universidade Estadual - PB, geann.santos@aluno.uepb.edu.br

RONILSON MACÁRIO FELIX

Graduando do Curso de Pedagogia da Faculdade do Sertão Central - CE, ronilson.ufpb@gmail.com;

LUANDSON LUIS DA SILVA

Professor orientador: Doutor em Ciências da Educação - WORLD UNIVERSITY ECUMENICAL-FL, professorluandsonluis@gmail.com.

RESUMO

O presente artigo surge da necessidade de discutir o atendimento aos alunos com deficiência, matriculados na sala de recursos multifuncionais da Escola Municipal de Ensino Fundamental Hilda Neves de Lucena localizada no Município de Cuitegi-PB. Tem como objetivo analisar o cotidiano da Educação Inclusiva na perspectiva da Educação Especial no serviço de Atendimento Educacional Especializado, assim como observar o cotidiano, organização e o conforto ambiental da Sala de Recursos Multifuncional, refletir sobre a importância de um espaço diferenciado para alunos com deficiência como meio de desenvolvimento de suas habilidades e entender o funcionamento da SRM e as atividades desenvolvidas em sala. Como metodologia realizamos uma pesquisa de campo com aplicação de questionários com os docentes, pois assim tivemos um relato que norteou as informações acerca do atendimento educacional especializado onde confrontamos com o ponto de vista observado, em uma abordagem qualitativa. Como embasamento teórico utilizamos as discussões de diferentes autores, como: Mantoan

(2011), Sassaki (2002), Arroyo (2004, Rosa (2005), entre outros. Concluímos que apesar das dificuldades encontradas, tais como: falta de material específico para melhor trabalhar com cada deficiência, falta de intérprete de Libras, problemas estruturais e entre outros, o trabalho aos poucos está acontecendo dentro do espaço escolar. Outro ponto analisado foi a melhoria das práticas pedagógicas, para isso propomos a reflexão da importância do trabalho em articulação entre os docentes do ensino regular e da educação especial. Dessa forma, compreendemos que investigar a prática pedagógica do AEE na Sala de Recurso Multifuncional, irá possibilitar conhecer o meio em que estamos inseridos enquanto educadores, organizar a ação pedagógica, e as especificidades do trabalho com esse público, bem como poderá trazer contribuições para a reflexão sobre a função deste serviço com o aluno que apresenta deficiência de diferentes naturezas.

Palavras-chave: Educação Especial, Inclusão Atendimento Educacional Especializado, Sala De Recurso Multifuncional.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem se firmado como um pilar fundamental na construção de uma sociedade mais equitativa e justa, principalmente no que tange ao acolhimento e desenvolvimento de alunos público alvo de educação especial e pessoas com deficiência. Este artigo emerge da necessidade premente de explorar e refletir sobre a dinâmica, organização e o conforto ambiental na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), onde se realizam as práticas educacionais direcionadas aos alunos com deficiência na Escola Municipal de Ensino Fundamental Hilda Neves de Lucena, situada no Município de Cuitégi, PB.

O objetivo central deste estudo é analisar o cotidiano da Educação Inclusiva, focalizando a perspectiva da Educação Especial, especialmente no âmbito do Atendimento Educacional Especializado (AEE), e investigar a estrutura, organização e o conforto ambiental na Sala de Recursos Multifuncionais. Além disso, propõe-se a compreender a importância de um ambiente adaptado para os alunos com deficiência, visando potencializar o desenvolvimento de suas habilidades e compreender a dinâmica e as atividades desenvolvidas nesse espaço.

A metodologia adotada para este estudo baseou-se em uma pesquisa de campo, com uma abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando questionários aplicados aos docentes, buscando elucidar e integrar relatos que nortearam informações sobre o Atendimento Educacional Especializado. A abordagem foi de natureza qualitativa, confrontando esses relatos com as observações realizadas.

Para embasar teoricamente este estudo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica por meio de diversas fontes e discussões de autores renomados, como Mantoan (2011), Sassaki (2002), Arroyo (2004), Rosa (2005), entre outros, a fim de fundamentar a análise das práticas inclusivas e das demandas específicas da Educação Especial.

Os resultados indicam um cenário no qual, apesar dos desafios enfrentados, como a escassez de materiais específicos para cada tipo de deficiência, a ausência de intérpretes de Libras e problemas estruturais, observam-se avanços notáveis dentro do ambiente escolar. Um aspecto crucial examinado foi o aprimoramento das práticas pedagógicas, destacando a relevância da colaboração e da articulação entre os professores do ensino regular e da educação especial.

Ao analisar a prática pedagógica do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Sala de Recursos Multifuncionais, este estudo busca não apenas

compreender o ambiente educacional, mas também aprimorar a ação pedagógica, levando em consideração as particularidades do trabalho com esse público. Proporciona reflexões essenciais sobre o propósito deste serviço em relação aos alunos que apresentam deficiências de diferentes naturezas.

METODOLOGIA

Para a construção dessa pesquisa foi realizado a pesquisa de campo, com a abordagem pesquisa quantitativa e qualitativa, além da pesquisa bibliográfica, para entender o contexto e os conceitos relacionados à organização e o conforto ambiental na sala de recursos multifuncionais, com a revisão de artigos, livros com diferentes autores, como também estudos significativos na área de educação. A pesquisa bibliográfica desempenhou um papel fundamental na coleta de informações provenientes de diversas fontes acadêmicas, permitindo a fundamentação teórica e a compreensão aprofundada dos conceitos e abordagens relacionados à Educação Inclusiva, Educação Especial e práticas pedagógicas voltadas para alunos com deficiência.

Para a abordagem qualitativa, realizou-se uma pesquisa de campo na Escola Municipal de Ensino Fundamental Hilda Neves de Lucena, em Cuitegi, PB. Essa etapa incluiu a aplicação de questionários aos docentes responsáveis pela Sala de Recurso Multifuncional. Esses questionários visaram captar informações relevantes sobre a rotina, desafios, práticas educacionais, organização do ambiente e a percepção dos educadores sobre a efetividade do Atendimento Educacional Especializado. Esses dados foram coletados e analisados qualitativamente, permitindo compreender os relatos e percepções dos profissionais envolvidos.

Para análise e discussão dos dados coletados apresentamos os resultados em forma de gráficos, fazendo os apontamentos dos dados relacionados à problemática em questão, para assim concretizar a análise posterior do resultado das informações colhidas. Chizzoti (2006) enfatiza que:

Na pesquisa qualitativa todos os fenômenos são igualmente importantes e preciosos: a constância das manifestações e sua ocasionalidade, a frequência e a interrupção, a fala e o silêncio. É necessário encontrar o significado manifesto e o que permaneceu oculto. Todos os sujeitos são igualmente dignos de estudo, todos são iguais, mas permanecem únicos, e todos os seus pontos de vista são relevantes. (CHIZZOTI. 2006 p. 84)

Para o levantamento de dados dos questionários aplicados firmou-se que o levantamento teria como embasamento a parte estrutural da escola, quem eram os sujeitos participantes da educação especial e como funcionava o trabalho dos professores a partir de uma visão de interação como os materiais diversos existentes e sua utilização em sala de aula.

Além dos questionários, a metodologia qualitativa incluiu a observação direta do ambiente da Sala de Recursos Multifuncionais. As observações detalhadas do espaço físico, da organização, da estrutura e do conforto ambiental foram registradas. Isso permitiu uma compreensão mais profunda sobre como o ambiente influencia o processo educacional de alunos com deficiência. Gil(1999), especifica o trabalho de pesquisa com questionários:

Como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevados por questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc. (GIL, 1999, p. 24)

Os dados obtidos por meio dos questionários foram submetidos a uma análise estatística quantitativa e qualitativa. Isso incluiu a tabulação e interpretação dos dados por meio de métodos estatísticos pertinentes para identificar tendências, frequências e correlações relevantes, proporcionando uma visão quantitativa dos resultados obtidos.

A análise dos dados qualitativos e quantitativos foi realizada de forma integrada. As percepções dos docentes e as informações obtidas por meio da observação e dos questionários foram combinadas para uma compreensão abrangente do ambiente, das práticas pedagógicas e das necessidades dos alunos com deficiência atendidos na Sala de Recursos Multifuncionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No contexto atual, a educação especial é entendida como “uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, e realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p.10).

O sentido da transversalidade da educação especial está expresso na afirmação de que ela perpassa, sem substituir, os níveis, etapas e demais modalidades da

educação básica. Ela deve integrar-se ao ensino comum “sem descaracterizar o que é próprio de cada um, estabelecendo um espaço de interseção de competências resguardado pelos limites de atuação que as especificam” (ROPOLI, 2010, p.18-19).

A escola tem como compromisso difundir o saber universal, certamente terá de saber lidar com o que há de particular na construção desse conhecimento para alcançar o seu objetivo. Mas ainda assim, terá limitações naturais para tratar com o que há de subjetivo nessa construção com alunos com deficiência. Esse fato já aponta e demonstra a necessidade de existir um espaço para esse fim, que não seja eminentemente clínico e que resguarde uma característica tipicamente educacional. Rosa (2005) defende que:

[...] o aprimoramento da qualidade do ensino regular e a adição de princípios educacionais válidas para todos os alunos resultarão naturalmente na inclusão escolar dos portadores de deficiência. Em consequência, a educação especial adquire uma nova significação. Torna-se uma modalidade de ensino destinada não apenas a um grupo exclusivo de alunos – o dos portadores de deficiência – mas uma modalidade de ensino especializada no aluno e dedicada à pesquisa e ao desenvolvimento de novas maneiras de se ensinar, adequadas à heterogeneidade dos aprendizes e compatíveis com ideais democráticos de uma educação para todos. (Rosa, 2005, p. 88).

Dessa forma, podemos ver que na Constituição de 1988 o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, para o que antes era definido como Educação Especial e todas as suas formas de intervenção. Em seu Artigo 208, a Constituição Federal determina que esse atendimento ocorra, preferencialmente, na rede regular de ensino.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL,1988).

Os alunos com de deficiência deve ser incluso no ambiente escolar levando em consideração os espaços adequados para a aquisição do conhecimento e desenvolvimento cognitivo. Para Arroyo (2004, p. 192), “o tempo da escola é tão conflitivo porque foi constituído faz séculos e terminou-se cristalizando em calendários,

níveis, séries, semestres e bimestres, rituais de transmissão, avaliação, reprovação e repetência”.

Outro ponto essencial na elaboração práticas inclusivas, é em relação a acessibilidade em diferentes espaços. Sasaki (2002) especifica, diferentes tipos de acessibilidade, entre elas: atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática.

A acessibilidade atitudinal é um componente vital para a promoção da inclusão, pois aborda a necessidade de uma mudança de mentalidade e atitudes em relação às pessoas com deficiência. Essa forma de acessibilidade diz respeito à criação de um ambiente social no qual as diferenças são respeitadas, e os preconceitos e estigmas são superados.

Ao implementar a acessibilidade atitudinal, é essencial sensibilizar a sociedade, educando-a sobre as habilidades e potenciais das pessoas com deficiência. Isso envolve combater estereótipos prejudiciais e promover a valorização da diversidade. Profissionais, educadores, e o público em geral são encorajados a reconhecer e superar atitudes discriminatórias, promovendo uma cultura de respeito e inclusão.

Promover a acessibilidade atitudinal não apenas atende a requisitos legais, mas também cria um ambiente mais acolhedor e igualitário para todos. Ao desafiar e transformar atitudes negativas, construímos uma sociedade que reconhece a riqueza da diversidade e proporciona oportunidades equitativas para o pleno desenvolvimento e participação de cada indivíduo. A acessibilidade atitudinal, portanto, desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

No âmbito arquitetônico, a acessibilidade materializa-se através de adaptações físicas. Ressaltasse elementos como rampas de acesso, elevadores e sinalizações táteis, que garantem a circulação independente em espaços públicos e privados.

A acessibilidade comunicacional se concentra na democratização da informação. A especificidade aqui envolve a disponibilização de recursos como Língua Brasileira de Sinais (Libras), audiodescrição e materiais em Braille, assegurando que a informação seja compreendida por todos, independentemente das barreiras sensoriais.

A acessibilidade instrumental refere-se ao acesso a ferramentas e tecnologias assistivas. Isso implica na disponibilização de dispositivos que facilitam

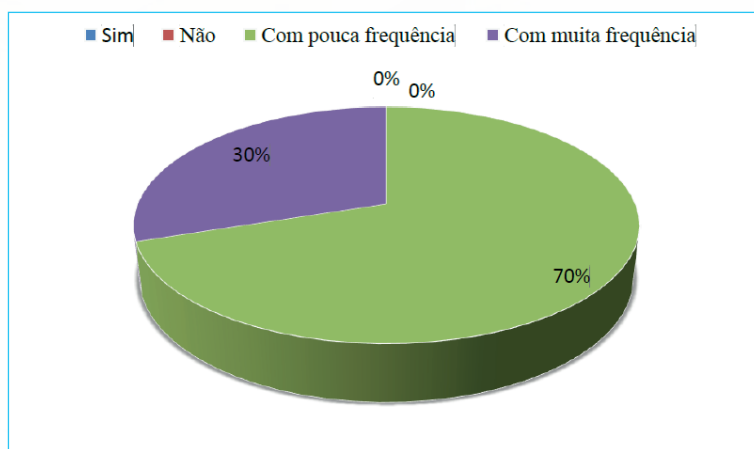
a realização de tarefas cotidianas, como bengalas, lupas, softwares de leitura, e outros recursos que promovem a autonomia.

A acessibilidade metodológica destaca a importância da adaptação de práticas pedagógicas. A colaboração entre professores do ensino regular e da educação especial é crucial, evidenciando a necessidade de métodos de ensino flexíveis e personalizados para atender às diversas necessidades dos alunos.

A acessibilidade programática se manifesta através de políticas e programas inclusivos. Aqui, analisamos como iniciativas governamentais e empresariais podem criar um ambiente propício à inclusão, implementando ações concretas que transcendem regulamentações, visando efetivamente promover oportunidades equitativas.

Sendo assim, é direito legal que toda pessoa com deficiência que queira estudar, terá atendimento educacional especializado. Vejamos os resultados da pesquisa realizada sobre a temática:

Gráfico 1: Há adequação para recebimento de crianças público alvo da Educação Especial na sala de Recursos Multifuncional



Fonte: Resultado de pesquisa realizada com os professores na escola Hilda Neves de Lucena no município de Cuitégi-PB

No gráfico 1, foi questionado aos professores se a sala de recurso multifuncional do AEE, oportunizam adequação para receber crianças com diferentes características físicas; Poker *et al* (2013), afirma que:

[...] o professor poderá providenciar os ajustes e as adequações nos diferentes âmbitos que interferem diretamente no processo de ensino e de aprendizagem do aluno, público-alvo do Atendimento Educacional Especializado, garantindo-lhe uma educação de qualidade.

Dentre as opções apresentadas, 70% responderam que as oportunidades ocorrem com pouca frequência e 30% responderam que a adequação ocorre com muita frequência.

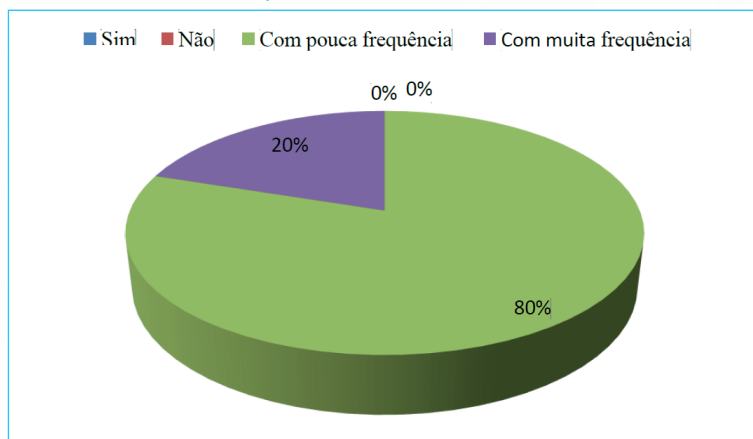
As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado que tem como objetivos: Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular. Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular. Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem. Assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino.

O conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos que caracterizam o Atendimento Educacional Especializado são organizados institucionalmente e prestados de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. A produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade incluem livros didáticos e paradidáticos em Braille, áudio e Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, laptops com sintetizador de voz, softwares para comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que possibilitam o acesso ao currículo escolar.

A organização do espaço e da funcionalidade de um ambiente educativo não deve ter um fim em si mesma, mas estar correlacionada com os objetivos educacionais a que se pretende. Afinal a construção e a organização dos espaços escolares, entre eles a sala de recursos multifuncionais, devem possibilitar atividades de ensino que favoreçam o acesso ao conhecimento. "O desafio de levar os sujeitos a tornar-se parte da produção pedagógica, individual e 40 social e resgatar a dimensão pedagógica do espaço social escolar, significa compreendê-lo por sua natureza política e pedagógica" (ROSA; GALERA, s.d., p. 7).

Observemos o grafico 2, em relação aos materias assistivos na escola:

Gráfico 2: Há favorecimento de materiais assistivos para atendimento das necessidades do aprendiz-ado dos alunos público da Sala de Recurso Multifuncional



Fonte: Resultado de pesquisa realizada com os professores na Escola Hilda Neves de Lucena no município de Cuitégi-PB

Sartoretto e Bersch (2017), afirmam que a tecnologia assistiva é um termo ainda novo, utilizado para identificar todos os Recursos e Serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão.

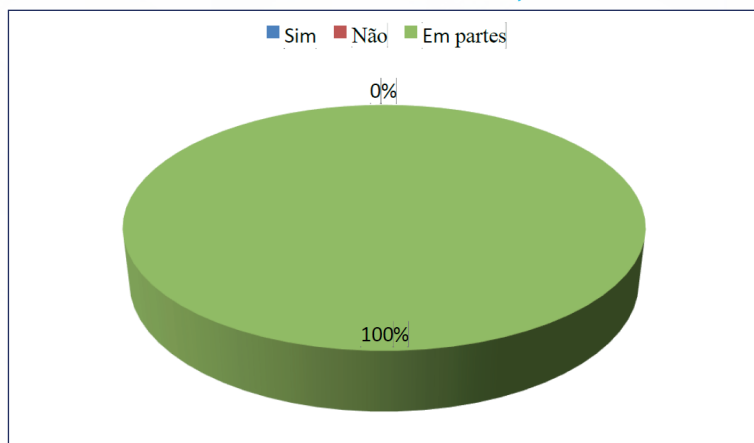
O objetivo das tecnologias assistivas são proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado, trabalho e integração com a família, amigos e sociedade.

Seria a tecnologia destinada a dar suporte a pessoas com deficiência física, visual, auditiva, mental ou múltipla. Esses suportes, podem estar contidos em diversos ambientes da escola, uma série infindável de adaptações, aparelhos e equipamentos nas mais diversas áreas de necessidade pessoal como: (comunicação, alimentação, mobilidade, transporte, educação, lazer, esporte, trabalho e outras)

No gráfico 2, foi questionado sobre se há favorecimento de materiais assistivos para atendimento das necessidades do aprendiz-ado dos alunos, das opções apresentadas, a utilização desses materiais com muita frequência foi apontada por 20% dos pesquisados e com pouca frequência por 80% do público. Infelizmente o material que chega para atendimento dos estudantes na sala de recursos, ainda é

insuficiente ou mesmo quase inexistente quando se trata de distúrbios pelas políticas públicas em âmbito nacional.

Gráfico 3: Na sala de Recurso Multifuncional a estrutura e acabamentos adequados para organização e conforto ambiental das crianças.



Fonte: Resultado de pesquisa realizada com os professores na Escola Hilda Neves de Lucena no município de Cuitégi-PB

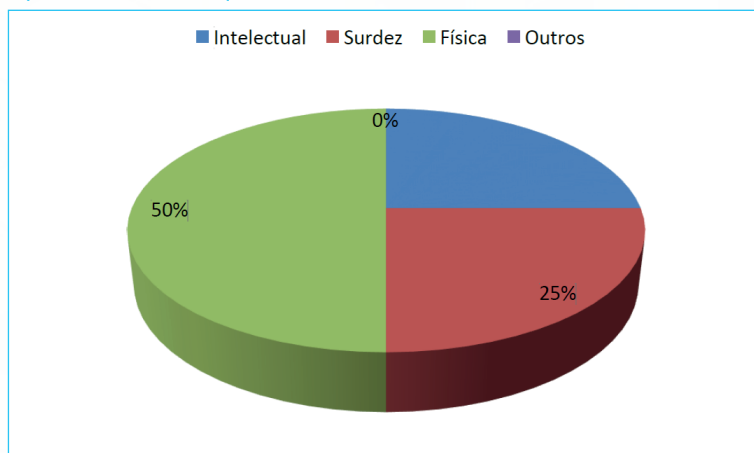
Kowaltowski et al.(2001), aponta que:

O conforto ambiental é uma parceria entre ambiente físico, características do local e da arquitetura da edificação. O uso dos espaços e, portanto, a implantação das edificações nos lotes, deverá observar as condições naturais do terreno, visando à proteção ambiental e o seu aproveitamento para a iluminação, ventilação e insolação adequada

Diante disso, neste gráfico podemos perceber que o conforto da sala de recurso multifuncional apresenta em partes um conforto ambiental apresentado por Kowaltowski. Dessa forma, perante o público pesquisado 100% afirmaram que a estrutura e o acabamento das salas são “em partes” adequadas para organização e conforto ambiental das crianças.

Vejamos o gráfico 4, sobre os tipos de deficiência atendidas na sala de recurso multifuncional:

Gráfico 4: Tipos de deficiências que são atendidas na sala de recursos multifuncional desta escola.



Fonte: Resultado de pesquisa realizada com os professores na Escola Hilda Neves de Lucena no município de Cuitégi-PB

O objetivo do atendimento educacional especializado é complementar ou suplementar a formação do estudante por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

A Resolução CNE/CBE nº 04/2009, atenta para o público alvo do atendimento educacional especializado:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

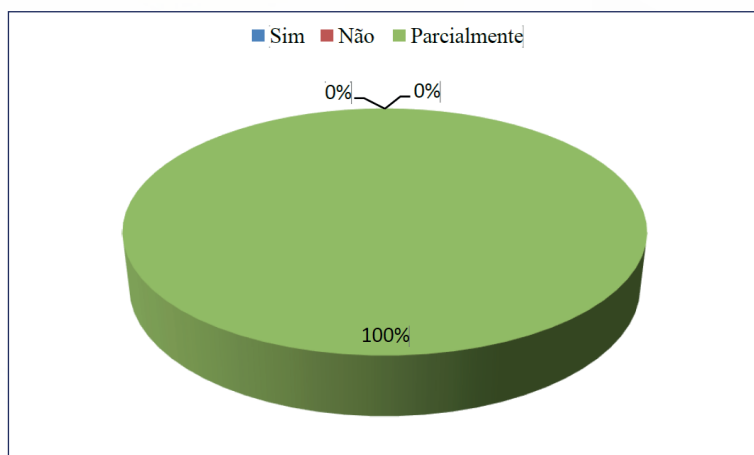
Diante disso foi questionado aos professores quais tipos de público alvo eram atendido na Sala de Recurso Multifuncional daquela escola. Perante as necessidades,

foi apurado que 50% dos alunos que são atendidos ali apresentam outros tipos de deficiência física, 25% apresentam deficiência auditiva e outros 25% apresentam deficiência intelectual.

Alguns alunos enfrentam limitações no processo de aprendizagem devido as suas deficiências. Esses alunos, muitas vezes, não têm encontrado respostas às suas necessidades educacionais especiais no sistema de ensino. Desta forma a sala de recurso multifuncional tem a possibilidade de beneficiar os recursos de acessibilidade por meio de ajudas técnicas e de tecnologias assistivas, utilização de linguagens e códigos aplicáveis e pela abordagem pedagógica que possibilite seu acesso ao currículo.

Alunos que apresentam, ao longo de sua aprendizagem, alguma necessidade educacional especial, temporária ou permanente. É compreendido, segundo as Diretrizes Nacionais para a educação Especial na Educação Básica, em três grupos: 1) alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares: aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica ou aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; 2) alunos com dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos; 3) alunos que evidenciem altas habilidades/superdotação e que apresentem uma grande facilidade.

Gráfico 5: Disponibilidade de espaço físico, mobiliário, materiais e recursos pedagógico e acessibilidade na sala de Recurso Multifuncional



Fonte: Resultado de pesquisa realizada com os professores na Escola Hilda Neves de Lucena no município de Cuitegi-PB

Ainda a Resolução CNE/CBE n.04/2009, em seu artigo 10, ressalva sobre a disponibilidade do espaço físico, quanto a organização da sala de recursos multifuncional:

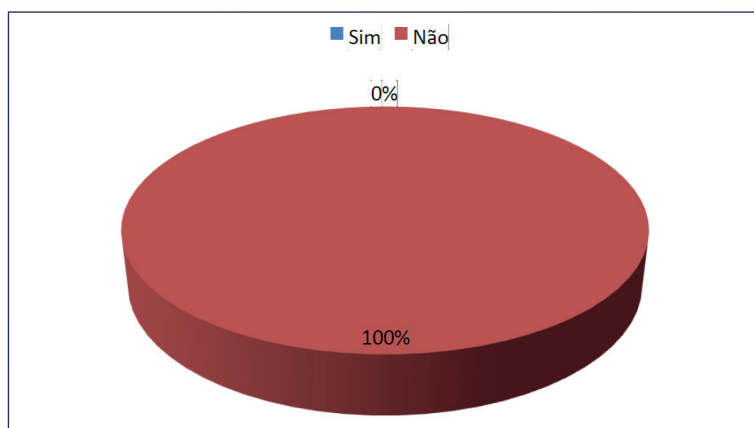
Art. 10. O projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo na sua organização:

I – sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;(BRASIL,200

O projeto pedagógico da escola deve prever neste documento em relação a sala de recursos multifuncional para que o público alvo seja assistido de forma coerente e com condições adequadas. Sendo assim, no Gráfico 5 foi questionado sobre a disponibilidade desses recursos na escola, e todos os professores informaram que há disponibilidade parcial desses recursos, o que deixa evidente a fragilidade e a ausência de políticas públicas voltadas para o trabalho do Professor da Sala de Recurso Multifuncional.

Apesar do atendimento especializado ser um passo importante para garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos e as tecnologias assistivas serem ferramentas que contribuem para a acessibilidade da informação e da comunicação, A distribuição e utilização de recursos pedagógicos e equipamento específico para que o atendimento aconteça de maneira adequada. Sua efetivação requer a eliminação de preconceitos exigindo uma mudança de atitude e atenção especial à diversidade humana.

Gráfico 6: Há existência profissional de apoio, guia ou intérprete de Libras na articulação da sala de Recurso Multifuncional



Fonte: Resultado de pesquisa realizada com os professores na Escola Hilda Neves de Lucena no município de Cuitégi-PB

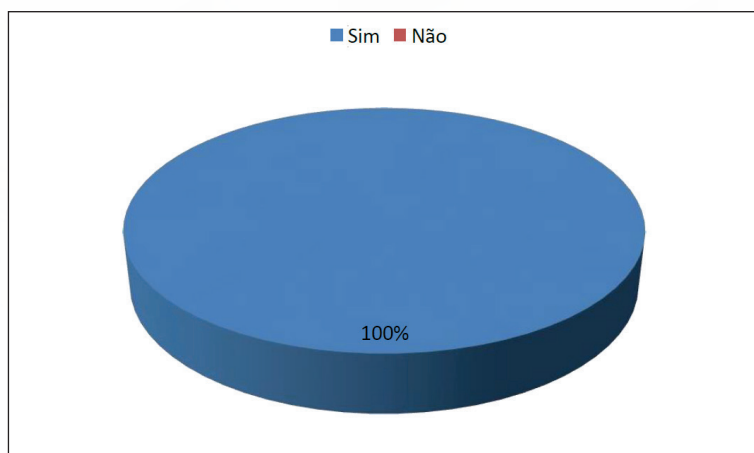
A produção CNE/ CBE N.04/2009 em seu art. 10, inciso V e VI, tratando-se de profissionais na sala de recursos multifuncional', determina que:

V – professores para o exercício da docência do AEE;

VI – outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;

Dessa forma, percebemos que de acordo com o gráfico 6, há profissional qualificado que acompanhe os alunos na sala de recursos multifuncionais, havendo um cumprimento com o que imposto na resolução citada.

Gráfico 7: Articulação dos professores do ensino regular com os professores da Sala de Recurso Multifuncional



Fonte: Resultado de pesquisa realizada com os professores na Escola Hilda Neves de Lucena no município de Cuitegi-PB

Silva (2011), afirma que:

a colaboração entre a educação especial e a educação regular, quando é eficaz, beneficia todos os estudantes e também os professores que se sentem renovados e entusiasmados. Além disso, estes estudos relatam melhorias dos alunos com necessidades educativas especiais quanto a seu desempenho acadêmico, auto-estima, motivação, habilidades sociais e relacionamento com os pares.

É necessário que haja essa colaboração mútua entre o professor da sala regular e o profissional da sala de recurso multifuncional. Sua importância para inclusão e o sucesso das aprendizagens. A articulação entre estes dois grupos de docentes é condição necessária para os alunos público alvo da Educação Especial, e possibilita a produção de materiais e avaliação de modo mais efetivo e eficiente.

Assim, ao serem questionados sobre essa articulação, os professores demonstram que há uma articulação efetiva de 100% entre esses docentes.

Gráfico 8: Há Disponibilidade de formação continuada relacionada a educação inclusiva para a sala regular e sala de recursos multifuncional



Fonte: Resultado de pesquisa realizada com os professores na Escola Hilda Neves de Lucena no município de Cuitégi-PB

Nóvoa (1999), afirma que conhecer o professor, sua formação básica e como ele se constrói ao longo da sua carreira profissional são fundamentais para que se compreendam as práticas pedagógicas dentro das escolas. Entendemos que se tornar professor, é um processo de longa duração, de novas aprendizagens e sem um fim determinado.

Sendo assim, foi questionado aos professores pesquisados se eles regularmente frequentam cursos de formação continuada para atualização de conhecimentos, principalmente no que tange à educação inclusiva, onde todos responderam que "sim", e ressaltaram à importância de se atualizarem constantemente.

A Resolução Nº 4/2009 do CNE/CEB considera a ação exercida pelo profissional do AEE como exercício de docência, enfatizando que para atuação no mesmo,

o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial. Considera ainda como atribuições deste professor:

Art. 13. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

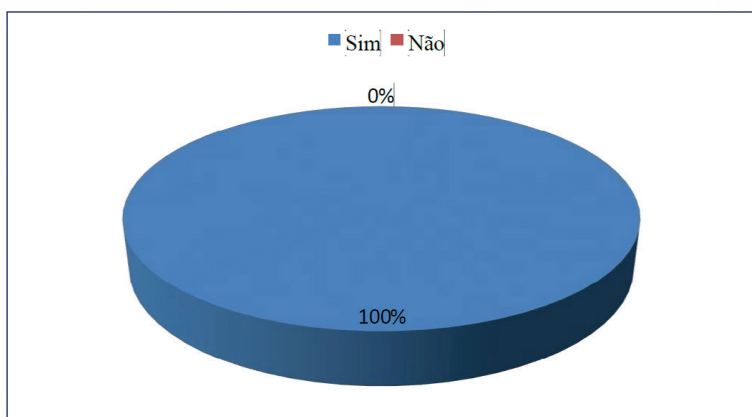
VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Neste sentido é essencial Formação Continuada Professores da Sala de Aula Regular, pois possibilita a Capacitação em estratégias inclusivas para atender às diversas necessidades de aprendizado e desenvolve habilidades para identificar e apoiar alunos com deficiência, promovendo uma abordagem pedagógica mais inclusiva, já para os Professores da Sala de Recursos Multifuncionais, a formação continuada desenvolve o aprofundamento em recursos e tecnologias assistivas para oferecer suporte personalizado aos alunos com deficiência, além do desenvolvimento de estratégias específicas para atender às demandas individuais.

A colaboração entre esses profissionais desempenha um papel crucial na criação de um ambiente educacional que atenda às necessidades diversificadas

dos alunos, proporcionando oportunidades iguais para todos. Investir na formação contínua é investir no desenvolvimento e sucesso de cada estudante, construindo uma sociedade mais inclusiva e justa.

Gráfico 9: Há atendimento a alunos com transtornos globais do desenvolvimento na sala de recursos multifuncional da escola?



Fonte: Resultado de pesquisa realizada com os professores na Escola Hilda Neves de Lucena no município de Cuitégi-PB

A Educação Especial tem adquirido um papel crucial no suporte e desenvolvimento de estratégias que visam atender às necessidades específicas de alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), em especial o Autismo. Nesse contexto, a Sala de recursos multifuncional se destaca como um ambiente fundamental para promover o aprendizado, inclusão e desenvolvimento integral desses alunos.

Na sala de recursos multifuncional, são aplicadas metodologias e estratégias pedagógicas que visam o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos alunos com TEA. O uso de recursos adaptados, como materiais visuais, tecnologias assistivas e abordagens de comunicação alternativa, desempenha um papel fundamental no processo de aprendizagem.

Estudos demonstram que a implementação eficaz de programas na sala de recursos multifuncional resulta em avanços significativos no desenvolvimento cognitivo, na autonomia e na qualidade de vida dos alunos com TGD. A promoção de uma educação inclusiva também impacta positivamente o ambiente escolar como um todo.

Para Nadal (2011) Os Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) são distúrbios nas interações sociais que acabam se manifestar-se nos primeiros cinco anos de vida, caracterizando pelos padrões de comunicação estereotipados e repetitivos, assim como pelo estreitamento nos interesses e nas atividades.

Diante disso, foi questionado aos professores se a sala de recurso multifuncional tinha algum aluno com transtornos globais, e autismo, eles informaram que sim, sendo 100% atendido pelos professores, de acordo com suas necessidades específicas.

Neste sentido, a Sala de recurso multifuncional representa um ambiente crucial para a promoção da inclusão e desenvolvimento educacional de alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento. A abordagem personalizada, a implementação de estratégias pedagógicas adaptadas e o suporte multidisciplinar desempenham um papel fundamental na construção de uma educação mais inclusiva e acessível.

Gráfico 10: Há atendimento de alunos com alta habilidade e superdotação na sala de recursos multifuncional na escola



Fonte: Resultado de pesquisa realizada com os professores na Escola Hilda Neves de Lucena no município de Cuitégi-PB

A Política Nacional de Educação Especial do Ministério da Educação / Secretaria de Educação Especial, 1994, adota o conceito de Marland, que define como pessoas crianças e adultos com altas habilidades / superdotação as que apresentam desempenho acima da média ou elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual geral; aptidão

acadêmica específica; pensamento criativo ou produtivo; capacidade de liderança; talento especial para artes e capacidade psicomotora.

Questionado aos professores sobre a interação de alunos com superdotação ou altas habilidades sendo atendidos na sala de recursos multifuncional em 100% daquela escola, os mesmos informaram que não há estudantes que apresentem tais características.

A prática pedagógica com alunos superdotados é um desafio e uma oportunidade para os educadores. Ao adotar práticas sensíveis, estratégias de diferenciação curricular e um ambiente que promova o desenvolvimento pleno, os professores podem catalisar o potencial desses alunos excepcionais. Investir em pesquisas contínuas, formação docente especializada e programas de apoio é essencial para atender às demandas específicas desses estudantes e prepará-los para contribuir de maneira significativa para a sociedade.

Historicamente a educação especial no Brasil conseguiu muitos avanços. De acordo com Sasaki (2002), no início da década de 70, o movimento de integração social passou ser repensado, a partir da tentativa inserção do deficiente na sociedade de uma forma geral. A prática de integração teve maior impulso a partir da década de 80, com o surgimento da luta pelos direitos das pessoas portadoras de deficiência.

A integração escolar, pressupõe a inclusão de alunos com deficiências ou necessidades especiais em salas de aula convencionais, oferecendo suporte adicional quando necessário. No entanto, este modelo muitas vezes demanda que os alunos se adaptem ao ambiente existente, por meio de ajustes e suportes específicos, sem uma mudança significativa na estrutura ou abordagem educacional predominante.

A eficácia da prática pedagógica com alunos superdotados é ainda mais aprimorada quando se integram os diferentes tipos de acessibilidade. Ao reconhecer a diversidade não apenas nas habilidades cognitivas, mas também nas necessidades de acessibilidade, os educadores podem criar ambientes inclusivos que atendam às características únicas de cada aluno.

Integrar os elementos de acessibilidade na prática pedagógica não apenas aprimora o ambiente educacional para alunos superdotados, mas também promove uma cultura inclusiva que reconhece a diversidade de habilidades e potenciais. Essa abordagem holística não só atende às necessidades imediatas dos alunos superdotados, mas também prepara um terreno fértil para uma educação

inclusiva e equitativa, onde cada aluno pode prosperar e contribuir plenamente para a sociedade.

Por outro lado, a inclusão escolar é uma abordagem mais abrangente e progressista, que propõe a modificação do ambiente educacional para acomodar a diversidade de todos os alunos. Não se limita apenas à presença física de alunos com necessidades especiais na sala de aula regular, mas se estende para a criação de um ambiente que celebra e valoriza as diferenças individuais, promovendo a participação ativa e a igualdade para todos os estudantes.

Portanto discutir e pesquisar sobre a qualidade e procedimentos presentes na Escola Hilda Neves de Lucena no município de Cuitegi- PB, em relação a sala de recurso multifuncional na educação especial, permite uma visão construtiva que representa uma conquista significativa no panorama educacional. Foi possível compreender que a sala de recurso multifuncional atende não apenas às necessidades individuais dos alunos com deficiências ou dificuldades de aprendizado, mas também promove uma abordagem inclusiva que valoriza a diversidade. Seu papel fundamental na criação de um ambiente educacional que capacita e celebra as diferenças torna esse espaço essencial na busca por uma educação verdadeiramente igualitária e adaptada a todos os alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo acerca do Atendimento Educacional Especializado na Sala de Recursos Multifuncionais na Escola Municipal de Ensino Fundamental Hilda Neves de Lucena revelou aspectos fundamentais para a compreensão e aprimoramento da prática educativa voltada para alunos com deficiência. Esta pesquisa, pautada na observação do cotidiano e na perspectiva dos docentes, enfatizou não apenas os desafios enfrentados, mas também os avanços alcançados no ambiente escolar em direção à Educação Inclusiva.

A análise do conforto ambiental, da organização e do funcionamento da Sala de Recurso Multifuncionai permitiu constatar que, apesar das limitações como a falta de material específico de tecnologia assistiva, o serviço de atendimento aos alunos com deficiência está gradativamente se consolidando. A colaboração e articulação entre os professores do ensino regular e da educação especial são evidenciadas como um aspecto essencial para a melhoria das práticas pedagógicas,

visando atender de maneira mais eficaz e inclusiva às necessidades individuais dos estudantes.

O embasamento teórico, ancorado nas contribuições de diferentes autores no campo da Educação Especial, proporcionou um arcabouço sólido para a compreensão e a reflexão sobre a importância do Atendimento Educacional Especializado. A interseção entre teoria e prática revelou a relevância de aprimorar não somente a estrutura e os recursos disponíveis na Sala de Recursos Multifuncionais, mas também as práticas pedagógicas, visando oferecer um suporte educacional cada vez mais adequado e inclusivo.

Nesse sentido, a pesquisa e reflexão sobre a prática pedagógica do AEE na Sala de Recursos Multifuncionais se apresentam como um caminho fundamental para não apenas compreender o ambiente educativo e as demandas dos alunos, mas também para promover mudanças e melhorias significativas. Este estudo não apenas oferece informações importantes sobre os desafios e conquistas do serviço de educação especial, mas também destaca a necessidade contínua de adaptabilidade, aprimoramento e colaboração entre os profissionais da educação, a fim de proporcionar uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos, independente de suas necessidades individuais

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Tempo, tempo, tempo. IN: ARROYO, M. G. **Imagens quebradas: Trajetórias e tempos de alunos e mestres**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. p. 187205.

BERSCH, R. C.; SARTORETTO, M. L. **Tecnologia Assistiva (T.A.) e Processo de Avaliação nas escolas**. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<https://www.assistiva.com.br/>>. Acesso em: 04 de setembro 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em 28 de Agosto de 2017.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/parecer_CEB_132009.pdf. Acesso em 28 de Agosto de 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. BRASIL.

CHIZZOTTI, Antonio. (2006). **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez.

KOWALTOWSKI, Doris, C.C.K ; NASCIMENTO, Marlei G. do ; SOUZA, Suzana N. P. de O.; BORGES FILHO, Francisco; SILVA, Daniel; LABAKI, Lucila; PINA, Silvia M. & BERARDI, Núbia. **Divulgação do Conhecimento em Conforto ambiental.** ENCAC. São Paulo/SP: 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A educação especial no Brasil – da exclusão à inclusão escolar.** Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm>. Acesso em 09 de setembro de 2023.

NADAL, Paula. **O que são os Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD)?** 2011. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/51/o-que-sao-ostranstor/nos-globais-do-desenvolvimento-tgd>. Acesso em: 13 de setembro de 2023.

NÓVOA, A. (Org). Os professores e a sua formação. Portugal: Porto, 1992.

POKER, R.B.; MARTINS, S.E.S.O.; OLIVEIRA, A.A.S. et al. **Plano de Desenvolvimento Individual para o Atendimento Educacional Especializado.** Oficina Universitária/ Cultura Acadêmica, 2013.

ROPOLI, Edilene Aparecida et al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva.** Ceará, 2010.

ROSA, S. P. S. **Fundamentos teóricos e metodológicos da inclusão.** Curitiba: SD, 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 4 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

SILVA, Alcino. **A articulação pedagógica do Professor do Ensino Regular com o Professor de Educação Especial para a inclusão dos alunos com NEE.** Disponível em: http://www.cefopna.edu.pt/revista/revista_03/es_08_03_AS.htm. Acesso em: 01 de setembro de 2023.